



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

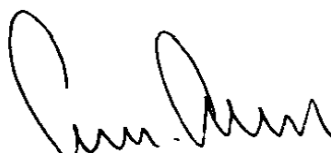
### Redação Final ao Projeto Lei nº 502/2012

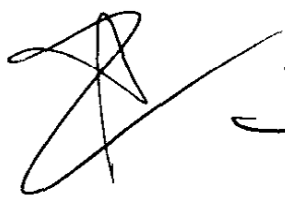
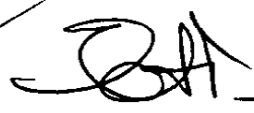
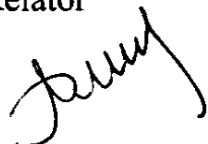
Torna obrigatória a afixação de cartazes nas escolas, hospitais e postos de saúde da rede pública e privada, assim como em terminais de transporte coletivo, contendo, além do calendário, informações sobre vacinações infantis obrigatórias.

**Art. 1º** Torna obrigatória a afixação de cartazes nas escolas, hospitais e postos de saúde da rede pública e privada, assim como em terminais de transporte coletivo, em locais de fácil acesso e visibilidade, contendo, além do calendário, informações sobre vacinações infantis obrigatórias.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
  
Relator  




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO


### Redação Final ao Projeto Lei nº 152/2013


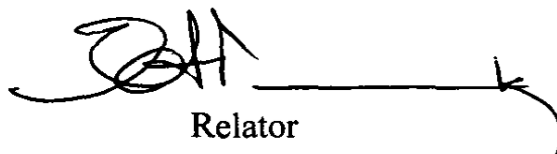

Institui no Estado do Paraná o  
"Dia de Ação Contra a Dengue", a  
ser realizado no dia 9 de cada  
mês.

**Art. 1º** Institui no Estado do Paraná o "Dia de Ação  
Contra a Dengue", a ser realizado no dia 9 de cada mês.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2013.

  
ALEXANDRE CURTI  
Presidente

   
Relator  




# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº

346/12

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 09 JUL 2012

1º Secretário

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

DECRETA:

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores de São José do Ivaí, com sede e foro na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores de São José do Ivaí, com sede e foro na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de julho de 2012.

**FERNANDO SCANAVACA**  
Deputado Estadual



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL

## **JUSTIFICATIVA**

A Associação dos Pequenos Produtores de São José do Ivaí, com endereço à Rua Mato Grosso, s/nº, no Distrito de São José do Ivaí, município de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná, cumpre os requisitos para obtenção do reconhecimento de Utilidade Pública, estando em funcionamento desde 24 de junho de 1988.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, destinada a representar a classe dos produtores rurais com os seguintes objetivos: estimular o desenvolvimento progressivo e ações econômicas, sociais e culturais de seus associados; orientar sobre o uso adequado de insumos e a produção de alimentos; apoio ao transporte, beneficiamento, armazenagem, classificação, embalagem e outros necessários ao escoamento de seus produtos; prestar assistência técnica e de informação ao seu quadro social; capacitar e formar seus funcionários, dirigentes e associados; entre outros.

Pelas razões expostas acima, entendemos como justa a Declaração de Utilidade Pública à referida entidade.

Sala das Sessões, 09 de julho de 2012.

**FERNANDO SCANAVACA**  
Deputado Estadual



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 346/2012**

Projeto de Lei nº. 346/2012  
Autor: Deputado Fernando Scanavaca

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **Associação dos Pequenos Produtores de São José do Ivaí**, com sede e foro na Cidade de Santa Isabel do Ivaí.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação dos Pequenos Produtores de São José do Ivaí**, com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, a pesquisa e a cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise

Sala das Comissões, em 02 de Julho de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO PEDRO LUPION  
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

02/07/13

Dep. WRI

Dep. P. Carlson



PROJETO DE LEI Nº 46 /2013

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**  
Em, 20 FEV. 2013  
**1º Secretário**

**Ementa:** Altera o artigo 1º e o Parágrafo Único do artigo 1º da Lei nº 16.786, de 11 de Janeiro de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

Art. 1º - O art. 1º da Lei 16.786/11 passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º. Torna obrigatória a presença de cirurgiões dentistas na equipe multiprofissional em ambiente hospitalar de todos os hospitais públicos e/ou privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados.**

15:11 20/02/2013 000911 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

**Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin**

Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911  
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: [rafagnin@pr.gov.br](mailto:rafagnin@pr.gov.br) - Site: [www.lucianapt.org](http://www.lucianapt.org)



Art. 2º - O Parágrafo Único do art. 1º da Lei 16.786/11 passa a vigorar com a seguinte redação:

**Caberá ao cirurgião dentista, a que se refere este artigo, o atendimento preventivo e de emergência aos pacientes internados em ambiente hospitalar.**

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 19 de fevereiro de 2013.

  
**LUCIANA RAFAGNIN**  
Deputada Estadual



## JUSTIFICATIVA

As alterações propostas na Lei nº 16.786, de 11 de Janeiro de 2011, cujo projeto original é de nossa autoria, visam inserir o cirurgião dentista nas equipes multidisciplinares dos hospitais. Segundo especialistas, esta inclusão possibilita uma melhora na qualidade de sobrevivência dos pacientes, uma diminuição do risco às infecções, redução do tempo de internação e do uso de medicamentos, e considerável diminuição nos custos hospitalares.

A Lei a que se pretende alterar versa somente da presença do profissional em odontologia nas unidades de terapia intensiva, e o que se sugere é que os cirurgiões dentistas estejam presentes em todos os ambientes hospitalares com participação efetiva nas equipes multiprofissionais.

A necessidade que se constata é que a presença destes profissionais não se restrinja às UTI's, mas que tenha uma maior abrangência, com atuação aos diversos setores dos hospitais, uma vez que a própria Lei original versa sobre o tratamento preventivo, e este poderá e deverá ser realizado em qualquer setor onde se fizer necessário.

Com a presente alteração na Lei em vigor, a assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar se dará no pré, trans e pós tratamento de saúde de base ao qual o paciente esteja submetido, e/ou aos portadores de doenças crônicas e com frequência minimizando intercorrências, diminuindo tempo de internamento e uso de medicamentos, refletindo em redução dos custos hospitalares.



Exemplificando: paciente com edema de face, febre, linfonodos palpáveis, alteração na linhagem branca num hemograma, pode ser examinado por um médico com suspeita de alguma patologia hematológica grave, mas com a colaboração de um dentista qualificado, com um exame clínico detalhado, anamnese e radiografia periapical, faz-se um diagnóstico diferencial de um processo infeccioso dentário.

Dessa maneira, evita-se o que se denomina na bioética, de tratamentos fúteis, que apesar de motivados pelo desejo de fazer o bem, acaba por acrescentar sofrimentos a esses doentes. Além disso, esses tratamentos fúteis causam outras consequências: elevam os custos do tratamento e agravam os sofrimentos físicos e emocionais dos envolvidos nesse drama

São estas, em suma, as modificações sugeridas. Temos certeza que o presente Projeto de Lei contará com o apoio de todos os parlamentares que integram esta Casa.

Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2013.

  
**LUCIANA RAFAGNIN**  
Deputada Estadual



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei 16786 de 11 de Janeiro de 2011

Publicado no Diário Oficial nº. 8386 de 18 de Janeiro de 2011

**Súmula:** Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos do Projeto de Lei nº 561/09:**

**Art. 1º.** Torna obrigatória a presença de profissionais de odontologia na equipe multiprofissional das Unidades de Terapia Intensiva, em todos os hospitais públicos ou privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes.

**Parágrafo único.** Caberá ao profissional de odontologia, a que se refere este artigo, o atendimento preventivo e de emergência aos pacientes internos naquelas unidades.

**Art. 2º.** O descumprimento desta lei implicará nas penalidades legais aplicáveis pelos órgãos e entidades de controle social dessas atividades a serem regulamentadas pelo Poder Executivo.

**Art. 3º.** Esta lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de janeiro de 2011.

Nelson Justus  
Presidente

(Projeto de Lei: autoria da Deputada Luciana Rafagnin)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 46/2013**

**PROJETO DE LEI N.º: 46/2013**

**AUTOR: DEPUTADA ESTADUAL LUCIANA RAFAGNIN**

Súmula: Altera o artigo 1º e o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 16.786/2011, de 11 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

**EMENTA: PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE. ALTERAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 16.786/2011. CIRURGIÃO DENTISTA PARA ATENDIMENTO PREVENTIVO E DE EMERGÊNCIA A TODOS OS PACIENTES INTERNADOS NO AMBIENTE HOSPITALAR E NÃO SOMENTE NAS UTIs. ART. 5º, CF. ART. 24, CF. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada Estadual Luciana Rafagnin tem por finalidade alterar a Lei nº 16.786/11, a fim de tornar obrigatória a presença de cirurgiões dentistas na equipe multiprofissional em ambiente hospitalar de todos os hospitais públicos e/ou privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**VISTA EM** 26/03/2013  
Fernando Sconovello  
Gondini  
CCJ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
*Gabinete Deputado Tercílio Turini*



**Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)**

De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Este é o entendimento da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Portanto, fica evidenciada a competência da nobre parlamentar para realizar a propositura do presente Projeto de Lei uma vez que não afronta nenhuma norma vigente do ordenamento jurídico brasileiro.

Cumpramos observar do artigo 1º da Lei Estadual nº 16.786, de 11 de janeiro de 2011, que se pretende alterar:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



*"Art. 1º Torna obrigatória a presença de profissionais de odontologia na equipe multiprofissional das Unidades de Terapia Intensiva, em todos os hospitais públicos e privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes.  
Parágrafo único. Caberá ao profissional de odontologia, a que se refere este artigo, o atendimento preventivo e de emergência aos pacientes internos naquelas unidades."*

Verifica-se que a pretensão versa no sentido de destinar os cuidados com a saúde bucal, preventivo e de emergência, para todos os pacientes internados no hospital, e não somente nas Unidades de Terapia Intensiva.

Conforme justificativa da autora, *"a necessidade que se constata é que a presença destes profissionais não se restrinja à UTI's, mas que tenha uma maior abrangência, com atuação aos diversos setores dos hospitais, uma vez que a própria Lei original versà sobre o tratamento preventivo, e este poderá e deverá ser realizado em qualquer setor onde se fizer necessário."*

Dessa forma, nota-se que o assunto diz respeito à saúde pública.

Assim, cumpre salientar que a Constituição Federal, em seu artigo 24, inciso XII destina a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar na área de saúde, vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.  
(grifo nosso)

No mesmo sentido é a previsão da Constituição do Estado do Paraná, no Art. 13, inciso XII, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:  
(...)  
XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.  
(grifo nosso)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Verifica-se que o presente Projeto trata de direito assegurado pela Carta Magna não sendo admissível restringir pessoas ou grupos de pessoas, deverá estar ao alcance de todos de forma igualitária, conforme Art. 5º, inciso XIV da Constituição Federal:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (grifo nosso)


Portanto, sem realizar análise meritória, o Projeto em tela possui adequação legal e constitucional. Assim, perfeitamente possível a alteração na mencionada lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

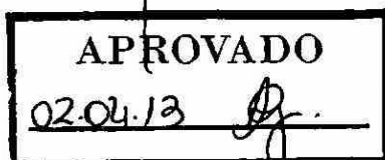
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.

Sala das Sessões em 02 de Abril de 2013.

  
NELSON JUSTUS  
Presidente

  
TERCÍLIO TURINI  
Relator





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete Deputado Gilberto Martin*



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 46/2013**

**PROJETO DE LEI Nº 46/2013**

**AUTOR: DEPUTADO LUCIANA RAFAGNIN**

**SUMULA:** Altera o Artigo 1º e o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 16.786/2011, de 11 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

**EMENTA: PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE. ALTERAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 16.786/2011. CIRURGIÃO DENTISTA PARA ATENDIMENTO PREVENTIVO E DE EMERGÊNCIA A TODOS OS PACIENTES INTERNADOS NO AMBIENTE HOSPITALAR E NÃO SOMENTE NAS UTIs. ART.5º, CF. ART. 24 CF. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.**

### **PREÂMBULO**

O presente projeto de Lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin tem por finalidade alterar a Lei nº 16.786/11, a fim de tornar obrigatória a presença de cirurgiões dentistas na equipe multiprofissional em ambiente hospitalar de todos os hospitais públicos e/ou privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados.

Este projeto adianta-se ao marco legal que tramita no Congresso Nacional para o projeto de lei da odontologia intensiva no País, unido o Paraná a outros estados que já iniciaram desta discussão.

Já é comprovada a eficácia deste atendimento para salvar de vidas por meio de redução infecções adquiridas no ambiente hospitalar, especialmente em pacientes submetidos à ventilação mecânica, além da diminuição do tempo de internação e na queda significativa dos custos do tratamento, a julgar pelos gastos com remédios e com hospitalização. A boca é uma das portas de entrada do nosso organismo.

Justamente por este motivo a odontologia hospitalar aumenta em até 50% a rotatividade de pacientes nos leitos de terapia intensiva, diminui a morbidade e o índice de mortalidade pro infecções adquiridas durante o tratamento.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete Deputado Gilberto Martin*



O trabalho deste profissional consiste atuar nas unidades de terapia intensiva acompanhando e atendendo pacientes que sofrem de patologias compatíveis com este ambiente, ou que foram ou que ainda serão submetidos a cirurgias, radioterapias, quimioterapias, bem como portadores de doenças sistêmicas crônicas ou com necessidades especiais. Isto posto, pode-se perceber claramente, que a presença do odontólogo hospitalar minimiza e previne o impacto sistêmico de doenças bucais.

Desta forma, com uma análise sanitária, este parecer não só é favorável, como sugere a complementação da lei com o objetivo da presença de cirurgiões dentistas como parte do corpo clínico dos hospitais, não restringindo sua presença apenas às UTIs.

Ressalta-se, entretanto, que não se trata de uma defesa de um trabalho de uma categoria em específico. O resultado positivo será para as próprias instituições de saúde, para o sistema que reduzirá custos e principalmente para os pacientes, razão de ser de todo este debate.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, sou favorável à aprovação do Projeto de Lei em questão como sugere a complementação da lei com o objetivo da presença de cirurgiões dentistas como parte do corpo clínico dos hospitais, não restringindo sua presença apenas às UTIs.

SALA DAS COMISSÕES 20/05/2011

PRESIDENTE

Gilberto Martin  
Deputado Estadual  
RELATOR

TONIATO

PEDRO W. PION



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**ANTEPROJETO DE LEI 268/13**

**Súmula:** Autoriza a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária a participar do Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho – FONSET.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná***

***decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Fica autorizada a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária a participar do Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho – FONSET.

**Art. 2º** Fica autorizado o pagamento do Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho – FONSET.

**Art. 3º** Fica convalidada a participação da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária a participar do Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho – FONSET, nos anos de 2010 a 2012 e autorizado o pagamento das respectivas anuidades.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 25 de junho de 2013.

**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
Governador do Estado

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.  
Em 27/06/2013  
\_\_\_\_\_  
Presidente

DIRETORIA LEGISLATIVA  
Pag. 3



MENSAGEM

Nº065 /2013

Curitiba, 25 de junho de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**  
Em, 01 JUL. 2013  
*Pravito*  
**1º Secretário**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária a participar do Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho – FONSET, autorizar o pagamento do FONSET e convalidar a participação da mencionada Secretaria de Estado no FONSET nos anos de 2010 a 2012 e autorizar o pagamento das respectivas anuidades.

Criado em junho de 1989, o Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho – FONSET é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, constituída por titulares das Secretarias Estaduais do Trabalho e mais Secretaria de Trabalho do Distrito Federal. Constitui-se em um importante espaço de diálogo e troca de experiência entre os estados e o governo federal e, dentre outras finalidades, tem por objetivo definir posições em torno de problemas relacionados ao mundo do trabalho e, também, fortalecer a participação dos estados na definição de políticas públicas.

É composto por uma Diretoria Executiva com representação das cinco regiões que formam o país e mais três membros do Conselho Fiscal.

O FONSET tem assento permanente no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e participação no Conselho Nacional de Economia Solidária (CNAES).

Entre os principais objetivos do FONSET, destaca-se:

- a) intensificar o intercâmbio de experiências para formulação de uma política nacional do trabalho, emprego e renda;

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.876.003-4.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

- b) promover a edição de editoriais para divulgação das ações desenvolvidas pelas Secretarias de Estado do Trabalho que compõem o Fórum;
- c) definir e firmar posições em torno dos problemas fundamentais da área do trabalho, formulando diretrizes básicas para subsidiar o estabelecimento de uma política nacional para o setor;
- d) fortalecer a participação do Estado na definição da política pública do trabalho no país;
- e) congregar esforços, organizar meios e captar recursos para intensificar ações de interesses comuns e contribuir com o Ministério do Trabalho, apresentando e analisando sugestões que proporcionem o aperfeiçoamento e harmonização nas relações do trabalho.

Para assegurar o pleno funcionamento do FONSET faz-se necessário a contribuição da anuidade prevista nos termos do art. 19, inciso II, do Regimento do FONSET definida em Assembleia Geral. O valor destina-se exclusivamente à realização do objeto do convênio, sendo vedado o seu emprego, ainda que transitoriamente, em outras despesas ou quaisquer atividades que não estejam plenamente vinculadas ao objeto.

Considerando a importância da participação da Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária/SETS como representante do Estado do Paraná no referido fórum conforme já mencionado, apresento o anexo Anteprojeto de Lei visando assegurar não só a participação efetiva neste Fórum, bem como a possibilidade de se efetuar a contribuição financeira para a manutenção técnica e administrativa do FONSET.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**

Governador do Estado



SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E  
ECONOMIA SOLIDÁRIA

DIRETORIA GERAL



**Prot. n.º 11.876.003-4**

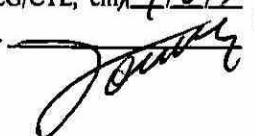
Assunto: Anuidade FONSET  
Unidade: AT  
Valor: R\$ 10.000,16

**AO GPS / SETS,**

Para indicar a fonte de recursos e dotação orçamentária para o pagamento da anuidade do FONSET, informando que as despesas relativas ao ano de 2013, são na ordem de R\$ 10.000,16.

DG/SETS, em 23 de maio de 2013.

  
**Amin José Hannouche**  
Diretor Geral

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 19/6/13  
Ass. 

**CAIXA**

RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES	
DISQUE CAIXA	0800 726 010
OUVIDORIA	0800 725 742
www.caixa.gov.br	

SETS

FLS. Nº

SETS

FLS. Nº

Cedente FORUM NACIONAL SECRETARIAS DO TRABALHO			CPF/CNPJ 32.902.223/0001-30		Agência / Código do Cedente 2220/271030-7
Data do documento 14/02/2013	Nº do documento 00000000138	Espécie documento DM	Carteira 01	Data do processamento 14/02/2013	Nosso Número 14/900000000000138-4
Sacado SETS - S TRAB EMPREGO ECONOMIA SO					CPF/CNPJ 00.439.192/0001-37
Endereço do sacado Rua Pedro Ivo n 750 4 andar - Centro - Curitiba				UF PR	CEP 80010-020
Sacador/avalista					CPF/CNPJ

Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):

MULTA DE R\$: 200,00 APOS : 08/03/2013  
JUROS DE R\$: 3,00 AO DIA

NÃO RECEBER APOS 30 DIAS DO VENCIMENTO



Moeda R\$	Quantidade	Valor	Valor em letras	Valor em numeração	Autenticação Mecânica - Recibo do Sacado
--------------	------------	-------	-----------------	--------------------	------------------------------------------

Recebimento através do cheque n. \_\_\_\_\_ do Banco \_\_\_\_\_  
Esta quitação só terá validade após pagamento do cheque pelo Banco Sacado.

**CAIXA**

104-0

10492.71032 07900.100046 00000.013847 1 56310001000016

Local de pagamento PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE					Valor em letras R\$ 200,00	
Cedente FORUM NACIONAL SECRETARIAS DO TRABALHO			CPF/CNPJ 32.902.223/0001-30		Agência / Código do Cedente 2220/271030-7	
Data do documento 14/02/2013	Nº do documento 00000000138	Espécie de docto. DM	Carteira 01	Data do processamento 14/02/2013	Nosso Número 14/900000000000138-4	
Moeda R\$	Quantidade	Valor	Valor em letras	Valor em numeração		
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):					(-) Desconto	
MULTA DE R\$: 200,00 APOS : 08/03/2013 JUROS DE R\$: 3,00 AO DIA					(-) Outras Deduções/Abatimentos	
NÃO RECEBER APOS 30 DIAS DO VENCIMENTO					(+) Mora/Multa/Juros	
					(+) Outros Acréscimos	
					(=) Valor Cobrado	

Sacado:  
SETS - S TRAB EMPREGO ECONOMIA SO  
Rua Pedro Ivo n 750 4 andar - Centro  
Curitiba

CPF/CNPJ: 00.439.192/0001-37

UF: PR CEP: 80010-020

Sacador/Avalista:

CPF/CNPJ:



Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação

Confere com original  
SEEG/CTL, em 19/02/2013  
Ass. *[Assinatura]*



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO,  
EMPREGO E ECONOMIA SOLIDÁRIA  
GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL



## Informação de disponibilidade orçamentária

Informação nº 80/2013/GPS/t  
Protocolo: 11.876.003-4

### Assunto: Anuidade do FONSET

O presente protocolado trata de convalidação da participação da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária a participar do Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho – FONSET nos anos de 2010 a 2012, e autorização para pagamento das respectivas anuidades.

Informamos que a despesa consta no Plano Plurianual 2013/2015 e está prevista na Lei orçamentária nº 17.398 de 18/12/2012, classificando-se na dotação orçamentária a seguir especificada:

Dotação Orçamentária: 5302.11122414.205 – Gestão Administrativa - SETS  
Elemento de Despesa – 33.90.39.01 – Assinaturas e anuidades (exercício vigente)  
Elemento de despesa – 33.90.92.13 – Despesa de exercício anterior (2010/2011)  
Valor atual da anuidade R\$ 10.000,16 (dez mil, e dezesseis centavos)  
Fonte 100 – Tesouro do Estado.

Esclarecemos ainda, que a despesa não ultrapassará os limites orçamentários do exercício de 2013, e por se tratar de despesa continuada, fará parte do orçamento dos exercícios subsequentes.

Curitiba, 23 de maio de 2013.

Terezinha Jankoski  
Chefe do GPS/SETS

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 19.06.13  
Ass.

**DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA Nº 247/2013**

Protocolo : 11.876.003-4

I – Eu, LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI, Portador do RG. Nº 1.194.590-2 - PR, e CPF Nº 277.925.289-87, atualmente no cargo de Secretário de Estado, na qualidade de Ordenador de Despesas do Órgão/SETS, **DECLARO** que a despesa abaixo identificada está incluída no Plano Plurianual 2013/2015, Lei Nº 17.013/2011, e na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2013 nº 17.398/2012, bem como preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000, e não haverá impacto na manutenção do Órgão.

**II – Refere-se a despesa com pagamento da anuidade do FONSET**

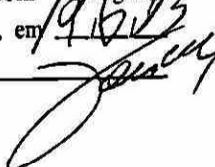
A despesa correrá à conta da unidade orçamentária abaixo indicada:

<b>Dotação Orçamentária:</b> 5302.11.122.414.205 – Gestão Administrativa da SETS.
<b>Natureza da Despesa:</b> 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.39.01 – Assinaturas e Anuidades 33.90.92.13 – Despesa de exercício anterior
<b>Fonte de Recurso:</b> 100 – Tesouro do Estado
<b>Valor da anuidade do exercício de 2013 - R\$</b> 10.000,16 (dez mil e dezesseis centavos)
<b>Período:</b> Anual

III - Declaramos ainda, que a despesa não ultrapassará os limites orçamentários do exercício de 2013, e por se tratar de despesa continuada, fará parte do orçamento dos exercícios subsequentes.

Curitiba, 23 de maio de 2013.

  
LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI  
Secretário de Estado

Confere com original  
SEEG/CTL, em 19/05/2013  
Ass. 

Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E ECONOMIA SOLIDÁRIA  
Unidade: DIRETORIA GERAL  
PROJ/ATIV/OP.ESP.: GESTÃO ADMINISTRATIVA - SETS  
Dotação: 5302.11122414.205



Recursos Orçamentários em R\$ 1,00

Natureza da Fonte de Despesa	Orçamento Inicial (1)	Orçamento Programado (2)	Saldo a Programar (3)	Total Orçamentário (4) = (2) + (3)	Empenhado + Mov. Cred. (5)	Saldo Programado (6) = (2) - (5)	Pago até 14/05/13 (7)
IPESSOAL&ENCI							
31900400 I100I	1.850.000	1.850.000		1.850.000			
31901100 I100I	16.630.230	16.630.230		16.630.230	510.696,07	1.339.303,93	461.115,85
31901300 I100I	1.000.000	1.000.000		1.000.000	5.130.491,70	11.499.738,30	4.711.728,31
31901600 I100I	60.000	60.000		60.000	675.000,00	325.000,00	280.358,30
31909200 I100I	50.000	50.000		50.000	55.575,86	4.424,14	51.300,81
31909400 I100I	10.000	10.000		10.000	0,00	50.000,00	0,00
31909600 I100I	1.200.000	512.400	687.600	1.200.000	0,00	10.000,00	0,00
IT I	20.800.230	20.112.630	687.600	20.800.230	188.834,25	323.565,75	42.179,21
ESS. I	20.800.230	20.112.630	687.600	20.800.230	6.560.597,88	13.552.032,12	5.546.682,48
OUT. D. CORRI. I					6.560.597,88	13.552.032,12	5.546.682,48
33900800 I100I	10.000	1.500	8.500	10.000	0,00	1.500,00	0,00
33901400 I100I	240.000	115.000	125.000	240.000	80.500,00	34.500,00	76.954,00
33901800 I100I	70.000	10.500	59.500	70.000	0,00	10.500,00	0,00
33903000 I100I	420.000	159.814	260.186	420.000	103.439,58	56.374,42	40.293,00
33903300 I100I	240.000	85.742	154.258	240.000	70.000,00	15.742,00	70.000,00
33903500 I100I	1.000	150	850	1.000	0,00	150,00	0,00
33903600 I100I	930.000	519.289	385.711	905.000	282.238,74	237.050,26	244.956,40
33903700 I100I	940.000	824.679	63.365	888.044	584.355,93	240.323,07	326.412,45
33903900 I100I	1.500.000	2.184.079		2.184.079	1.497.713,61	686.365,39	1.072.368,30
33904600 I100I	82.330	30.350	51.980	82.330	36.565,00	6.215,00	36.565,00
33904700 I100I		25.000		25.000	5.585,32	19.414,68	5.342,48
33909200 I100I	100.000	102.232	49.724	151.956	88.610,45	13.621,55	75.053,14
IT I	4.533.330	4.058.335	1.159.074	5.217.409	2.749.008,63	1.309.326,37	1.947.944,77
IT O.D.COR. I	4.533.330	4.058.335	1.159.074	5.217.409	2.749.008,63	1.309.326,37	1.947.944,77
INVESTIMENTI							
44905200 I103I	1.508.970	33.888	791.003	824.891	4.310,00	29.578,00	0,00
44905200 I142I	50.000		50.000	50.000	0,00	0,00	0,00
IT I	1.558.970	33.888	841.003	874.891	4.310,00	29.578,00	0,00
IT INVESTIM I	1.558.970	33.888	841.003	874.891	4.310,00	29.578,00	0,00
IT I	26.892.530	24.204.853	2.687.677	26.892.530	9.313.916,51	14.890.936,49	7.494.627,25
IOF I					0,00	0,00	0,00
TOTAL I	26.892.530	24.204.853	2.687.677	26.892.530	9.313.916,51	14.890.936,49	7.494.627,25

Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total Geral
IT I 20.800.230		5.217.409	874.891			26.892.530
IOF I						
TT I 20.800.230		5.217.409	874.891			26.892.530

Confere com o original

SEEG/CTL, em 19/05/13

Ass. \_\_\_\_\_



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 268/13**

**Projeto de Lei nº. 268/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 065/13**

**Súmula:** Autoriza a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária a participar do fórum nacional de secretarias de trabalho – FONSET.

**EMENTA:** AUTORIZA A SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTICIPAR DO FÓRUM NACIONAL DE SECRETARIAS DE TRABALHO - FONSET. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65; 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

### **PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade autorizar a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária a participar do Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho - FONSET.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

**Art. 33—A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

Além do mais, o referido assunto aborda **tema de competência privativa do Governador do Estado**, conforme a própria Constituição Estadual determina:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**

(...)

**IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.**

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:

**Art. 87. Compete privativamente ao Governador:**  
(vide ADIN 979-6)

(...)

**III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;**

(...)

**VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;**

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Com relação ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº. 101/00, observa-se da justificativa anexa ao presente Projeto, que as despesas somam, anualmente, R\$ 10.000,16 (dez mil reais e dezesseis centavos), o que não gera o aumento de despesa de forma a transformar a dotação orçamentário do Estado, posto que se trata de valor anual certo e previsível.

Por fim, no tocante à Lei Complementar Federal nº 95/98, o Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2013.

  
NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
HERMAS BRANDÃO JUNIOR  
RELATOR

  
APROVADO Dep. Curi

06/08/13 

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: [www.hermasbrandaojr.com.br](http://www.hermasbrandaojr.com.br) e-mail: [contato@hermasbrandaojr.com.br](mailto:contato@hermasbrandaojr.com.br)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 268/13**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 065/13, que autoriza a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia solidária a participar do Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho – FONSET.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Hermas Brandão Junior, que exarou o devido parecer favorável.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Com a participação da Secretaria citada junto ao FONSET, fortalecerá a participação do Estado na definição de políticas públicas, conforme justifica o autor da proposta em tela.

Vale observar que a proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que é apresentada a Declaração de Adequação da Despesa nº 247/2013, data de 23 de maio de 2013, subscrita pelo Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, Senhor Luiz Claudio Romanelli, declarando que o valor da anuidade do exercício de 2013 é

*feuto 4*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

R\$10.000,16 (dez mil e dezesseis centavos) e que está incluída no Plano Plurianual 2013/2015, Lei nº 17.013/2011 e na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2013 nº 17.398/2012.

**CONCLUSÃO**

Isto posto, não encontramos nada que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

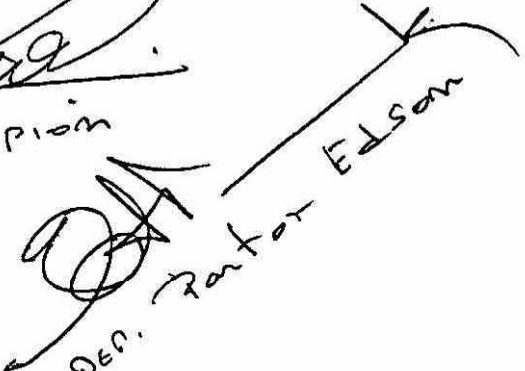
Sala das Comissões, 14/08/13

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO RENATO VERRI  
RELATOR

  
DEP. WILSON

  
DEP. LUPION

  
DEP. RANTOR EDSON

  
DEP. ACIOLI



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1713**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**  
**Em, 19 AGO. 2013**  
**1º Secretário**

Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e fiscalizar a baixa qualidade do serviço e as sucessivas quedas de sinal das empresas operadoras de telefonia móvel no Paraná.

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e fiscalizar a baixa qualidade do serviço e as sucessivas quedas de sinal das empresas operadoras de telefonia móvel no Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 20/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6/11/2012, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

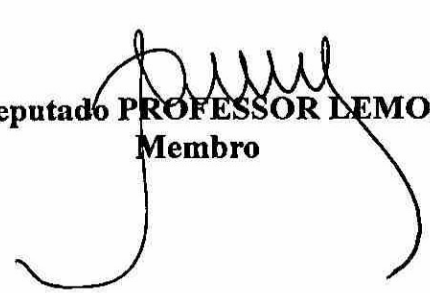
Sala das Sessões, 19 de agosto de 2013.

  
**Deputado PARANHOS**  
Presidente

  
**Deputado NEREU MOURA**  
Relator

  
**Deputado GILBERTO MARTIN**  
Membro

  
**Deputado BERNARDO CARLI**  
Membro

  
**Deputado PROFESSOR LEMOS**  
Membro

  
**Deputado ROBERTO ACIOLLI**  
Membro



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões*



**JUSTIFICATIVA**

A presente Proposição tem por objetivo dar cumprimento ao inciso I do art. 38, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa ao apresentar, para ser apreciado e votado pelos nobres Parlamentares, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e fiscalizar a baixa qualidade do serviço e as sucessivas quedas de sinal das empresas operadoras de telefonia móvel no Paraná.

A referida CPI foi proposta por Requerimento do Deputado Fernando Scanavaca, protocolado sob o nº 6446/12-DAP, de 22/10/12 e constituída pelo Ato do Presidente nº 20/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6/11/12.

Importante esclarecer que a minuta de Projeto de Lei criando o PROCON-ALEP restou excluída do relatório final em razão da existência da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/PR - órgão do Poder Executivo, subordinado à estrutura programática da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, que já cumpre as funções de recepcionar as reclamações dos cidadãos que sofreram lesões em suas relações consumeristas e buscar soluções.

Da mesma forma, o art. 33-P do Regimento Interno desta Casa de leis prevê a competência da Comissão permanente de Defesa do Consumidor para “receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor”, sendo, portanto, desnecessária a criação de outra estrutura – que importa em geração de despesa – para cumprir igual finalidade.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



## INFORMAÇÃO

Senhora Diretora,

Informo que a CPI da Telefonia Móvel, criada em 6 de novembro de 2012, através do Ato do Presidente nº 20/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6/11/12, procedeu à entrega de seu relatório final na Sessão Plenária do dia 7/8/13, protocolado sob o nº 6824/13-DAP, o qual necessita, para torná-lo apto à publicação, sejam desentranhadas as seguintes partes:

- 3.1 – Do Histórico da Constituição da CPI.

- 3.2 – Da 1ª Reunião Ordinária da CPI, pois a ata já está publicada e o plano de trabalho e regime de metas é de resolução interna da CPI.

- Dos itens: 3.3, a Lei nº 2666/02; 3.4, a Lei nº 3384/07 e anexos; 3.5, a Lei nº 975/90; 3.6, a Lei nº 1202/02; 3.7, a Lei nº 11.233/12; 3.8, a Lei nº 8462/01; 3.11, a Lei nº 157/12, e 3.12, a Lei nº 11.535/05.

- Dos itens 3.13, 3.14, as atas de reuniões, tendo em vista já haverem sido publicadas.

- Proposição de criação do PROCON-ALEP, em razão de incompatibilidade com o Regimento Interno em seu art. 33, II, competência da Comissão Executiva dispor sobre a criação, transformação e extinção de serviços do Poder Legislativo, e art. 33-P, já que concorre com a competência da Comissão de Defesa do Consumidor.

- Agradecimentos.

Curitiba, 12 de agosto de 2013.

Solange Maria Mariotti  
Mat. 40.183

CONFERE COM O ORIGINAL

1. Ciente;
2. Encaminhe-se à Presidência da CPI.

Lúcia Felicidade Dias  
Diretora Legislativa



## Processo Legislativo

### Comissões Permanentes

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO PARA INCLUSÃO DOS ITENS 6.11, 7.12, 7.13, 7.14, 7.15 E 7.16

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.  
Em, 07 AGO. 2013  
1º Secretário

2013

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA TELEFONIA MÓVEL

Presidente: Deputado Leonardo Paranhos; Vice Presidente: Deputado Professor Lemos  
Relator: Deputado Nereu Moura; Relator Adjunto: Deputado Gilberto Martin;  
Membros Efetivos: Deputado Luiz Carlos Martins;  
Deputado Bernardo Ribas Carli; Deputado Roberto Acioli.

#### 2. Introdução.

Nós Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tivemos a honra de receber a obrigação advinda do soberano Plenário desta Casa de Leis, de cumprirmos a missão de investigar na forma de inquérito, os serviços de telefonia móvel no âmbito territorial Paranaense, respeitado o fato determinado a apurar constante do Ato do Presidente nº 020/2012.

Foi um período difícil esse do findar de 2012 e início de 2013, motivado pelas mudanças das composições político partidárias, resultantes das eleições municipais, e também da assunção de membros da CPI, no cargo de Secretário de Estado, situação que impediu a instalação e a eleição de Presidente e Relator da CPI logo após sua constituição. Assim sendo, tão somente em 17 de Abril do corrente ano, iniciaram-se efetivamente os trabalhos, tendo a Comissão, apenas o exíguo prazo de menos de dois meses para a consecução dos objetivos.

Pois bem, mesmo com as dificuldades acima relatadas, os membros da CPI acompanhados por excelente equipe técnica, conseguiram em curto espaço de tempo, realizar o maior trabalho de CPI já promovido por esta Assembleia Legislativa, com resultados efetivos diretamente aplicados à

16:04 07/08/2013 00:06:524 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



população do Paraná, em especial aos consumidores do SMP- Serviço Móvel Pessoal.

Criamos e executamos um Plano Estratégico de Trabalho e Regime de Metas, visitando as regiões de 10 grandes cidades Paranaenses, coletando opiniões, sugestões, reclamações e denúncias concernentes à telefonia móvel.

Temos convicção de que alcançamos os objetivos, conseguindo realizar um "Raio X" dos problemas enfrentados pelos usuários e aferir o grau de satisfação da população e dos consumidores.

Produzimos um Relatório Final, embasado em um Banco de Dados com milhares de documentos, que geraram mais de 17 *gigabytes* de informações.

Antecipadamente, agradecemos à Comissão Executiva na pessoa de sua excelência o Deputado Presidente, Valdir Luiz Rossoni, que atendeu aos preceitos regimentais, em especial os contidos no § 6º, do artigo 36, dando atendimento preferencial às demandas da CPI.

Agradecemos também, a todos os Deputados integrantes da CPI; ao Deputado Presidente da CPI, Leonaldo Paranhos, pela organização e controle da Secretaria Geral da CPI; ao Deputado Vice Presidente Professor Lemos que sempre presente contribuiu com boas ideias; ao Deputado Relator Adjunto Gilberto Martin que corroborou em muito para a consecução deste Relatório; e aos demais Membros Efetivos, Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Bernardo Ribas Carlí e Deputado Roberto Aciolli, pelo brilhantismo, apoio e coragem, que muito colaboraram para o bom desempenho do inquérito e principalmente, pelas conclusões integralmente expressas neste documento.

Não podemos deixar de conotar, que todas as operadoras, sem exceção, mesmo exercendo a defesa de seus interesses, em momento algum desmereceram os trabalhos da CPI, apesar da liminar concedida pelo Judiciário que garantiu às empresas o direito de permanecer caladas, sendo que por fim, demonstraram respeito ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, principalmente ao acatarem a imposição de um Termo de Ajustamento de suas condutas, em benefício dos consumidores e da evolução das telecomunicações no âmbito do Estado do Paraná.

Assim sendo, convidamos os consulentes a terem acesso às conclusões da CPI, adiante expostas, após relato pormenorizado neste documento, das ações implementadas e, também, por meio do sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, onde transparentemente, na integralidade, constará o presente Relatório para acesso de todos e registro futuro.



  
**DEPUTADO NEREU MOURA**  
**RELATOR DA CPI**